

Expansão do Mercado de Trabalho Não Regulamentado e Setor Informal

MARIA CRISTINA CACCIAMALI(*)

Resumo

O setor informal, na maior parte da literatura brasileira, é definido como a parte residual ao mercado de trabalho regulamentado. Este estudo contrapõe-se a esse enfoque e defende a importância de se estudar as formas de inserção da força de trabalho na produção e no mercado de trabalho de uma forma desagregada, pois o fenômeno predominante no mercado de trabalho, ao longo da década de 80, em todas as regiões do País, foi o crescimento do trabalho assalariado sem regulamentação. Para comprovar esses pontos, o estudo avalia a controvérsia recente sobre o conceito setor informal e analisa as mudanças estruturais e o aumento do grau de invisibilidade do emprego no Brasil, por regiões, durante o período compreendido entre 1979 e 1986.

Palavras-chave: mercado de trabalho, mercado de trabalho não regulamentado, segmentação do mercado de trabalho, setor informal, mercado de trabalho secundário, mercado de trabalho regional, estrutura de emprego, estrutura regional do emprego.

Abstract

Brazilian literature often defines informal sector as the residual part of the regulated labor market. This article refutes such approach and advocates the importance of studying the forms of absorption of the labor force into production and into the labor market with a non-aggregate approach, considering that the major phenomenon in the labor force during the '80s was the growth of non-regulated wage labor in all Brazilian regions. To confirm these points, the article examines the recent controversy regarding the concept of informal sector and analyses the structural changes and the increase in the level of employment invisibility in each Brazilian region during 1979-86.

Key words: labor market, non-regulated labor market, labor market segmentation, informal sector, secondary labor market, regional labor market, employment structure, regional employment structure.

A autora é professora Livre-Docente do Departamento de Economia da FEA/USP, com Pós-Doutorado pelo Massachusetts Institute of Technology.

(*) A autora agradece a João Luiz Yze Laurino pela microcomputação das informações e pelas discussões empreendidas e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas pelo suporte financeiro para a realização deste estudo.

Apresentação

A importância do Setor Informal na absorção da força de trabalho no Brasil e na América Latina é extremamente destacada na literatura especializada recente sobre mercado de trabalho e desenvolvimento econômico. Ao longo da década de 70, principalmente por influência do PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe – vinculada à Organização Internacional do Trabalho), os diagnósticos sobre o comportamento do emprego enfatizavam os poucos postos de trabalho gerados pelo processo de substituição de importações no setor industrial e este fato associado à elevada urbanização e expansão demográfica da região implicava a ampliação do excedente estrutural da força de trabalho, mormente nas áreas urbanas⁽¹⁾. Como consequência, substancial parte desta população excedente se auto-empregava, para sobreviver, em atividades de baixa produtividade, localizadas nos setores informal ou terciário. Ou, dito em outras palavras, o emprego no setor informal era gerado por pressões da oferta de trabalho.

Este diagnóstico, no entanto, não corresponde à totalidade dos fatos. Desde a segunda metade dos anos 70 e principalmente nos primeiros anos de 1980, diversos autores, analisando as mudanças estruturais no emprego da região latino-americana, evidenciaram que o rápido crescimento econômico durante os últimos 30 anos, impulsionado pela indústria (6,5%a.a.), tinha gerado uma expressiva demanda de empregos produtivos, tanto no setor industrial como no setor terciário moderno-funcional. Entre 1950 e 1980, principalmente para a década de 70, o crescimento do emprego nesses setores e no setor formal – 3,7%a.a. para a indústria, 3,9%a.a. para o setor serviços, 3,9%a.a. para o setor formal – foi quase equivalente ao crescimento da população urbana (4,1%a.a.) e muito superior ao crescimento da população total (2,7%a.a.) e da população em idade ativa (2,8%a.a.). Este comportamento implicou que o emprego do setor informal para o total da região, no período, mantivesse sua participação relativa em torno de 30% do total, mas que decrescesse nos principais países latino-americanos (exceto Argentina)⁽²⁾. Além disso, o padrão de crescimento do setor terciário evidenciou tendência expressiva em direção às atividades dos segmentos moderno-funcionais de uma sociedade urbano-industrial: serviços de produção e sociais.

Assim, as tendências detectadas a respeito do comportamento do emprego indicam que, mormente para os anos 70 e para os países que mais in-

(1) Na realidade o PREALC mantém o mesmo diagnóstico da década anterior apresentado pelos relatórios da CEPAL.

(2) O trabalho de CACCIAMALI (1988a) apresenta, de forma sistematizada, estatísticas sobre o tema. As informações sobre a América Latina constam do capítulo II, nos Quadros de 2.4 a 2.7; aquelas referentes ao caso brasileiro localizam-se, de forma detalhada, nos capítulos III e IV.

tensificaram o processo de industrialização na América Latina (dentre os quais o Brasil é um dos países líderes) o crescimento da indústria não pode ser acusado de gerar insuficiente número de empregos, dado o comportamento da oferta de trabalho⁽³⁾. Ao contrário, a expansão dos setores industriais modernos cumpriu o papel de aumentar a integração do mercado de trabalho e de multiplicar as inter-relações setoriais criando novas atividades, modernizando outras e promovendo um significativo processo de absorção de força de trabalho assalariado⁽⁴⁾ e de revitalização dos sindicatos. Este comportamento não implica sustentar que o modelo de industrialização adotado ou que a industrialização em si seja uma panacéia para a geração de empregos, ou mesmo, que este processo tenha características dinâmicas que levem à diminuição do grau de heterogeneidade entre e intra todos os setores econômicos, ou ainda que elimine a pobreza. Também não significa afirmar que ao longo do processo de expansão e transformação industrial as formas de organização da produção, baseadas no trabalho não assalariado, tendam a desaparecer. Em relação a essas questões existem enfoques teóricos e evidências empíricas que demonstram tendências contrárias.

Uma das decorrências do processo de industrialização em um país em desenvolvimento, em especial nas suas primeiras fases, é o acirramento das desigualdades: aumentam tanto o grau de heterogeneidade na estrutura produtiva e nas relações de emprego, como o grau de concentração na distribuição de renda entre as regiões e entre os segmentos da população que foram incorporados ao pólo dinâmico da economia e aos restantes (inclusive pelo problema estatístico de monetização da renda). Além disso, no processo de industrialização ou de expansão capitalista, como se queira denominá-lo, também é regra a criação de segmentos na população que, pela proletarização, passam a ter pior qualidade global de vida, podendo vir a se transformar em miseráveis. É bem verdade que nesta dinâmica o aumento das desigualdades num determinado país é condicionado pelo grau das disparidades geradas no passado, podendo (e devendo) o Estado atuar no sentido de diminuir as desigualdades. Para que isto acontecesse, o objetivo político das forças que comandam o Estado deveria ser a integração da grande maioria da população ao processo de crescimento econômico e não o crescimento econômico por si só. Esta ação potencial, por sua vez, é muitas vezes apresentada na literatura como se o Estado fosse um ente independente e onipotente na sociedade, ignorando os in-

(3) No caso brasileiro, entre 1960 e 1980, a indústria de transformação, entre todas as atividades econômicas, apresentou a maior contribuição isolada na absorção dos novos ocupados. Ver CACCIAMALI, (1988a, capítulo IV, Quadro 4.3).

(4) Deseja-se destacar que na região cada emprego no setor manufatureiro é responsável pelo menos pela criação de mais de um emprego em outras atividades. Veja-se, por exemplo, GARCIA & MARFAN (1982).

teresses de parcelas das elites e da tecno-burocracia estatal, a influência do ambiente econômico externo e a evolução histórica interna que circunscrevem a ação do Estado em qualquer sociedade e, no caso do nosso tema de estudo, nas sociedades latino-americanas e no Brasil, em particular⁽⁵⁾.

Por outro lado, o trabalho por conta própria ou a pequena produção – núcleo típico do Setor Informal – é um segmento da estrutura produtiva que se ajusta aos movimentos da produção organizada de forma tipicamente capitalista e à estrutura de demanda que é gerada, às quais encontra-se subordinado. Ademais, embora a oferta de bens e serviços e o tipo de força de trabalho ali inseridos se modifiquem ao longo do tempo, o espaço intersticial das atividades econômicas dominantes pode ser ocupado de forma permanente, tanto em países de industrialização avançada como em desenvolvimento. Isto, em função das características dessa forma de ocupação do espaço produtivo e da maneira como é organizada a produção em que o produtor direto é proprietário dos meios de trabalho e detentor de uma habilidade específica que lhe permite algum grau de exclusividade no fornecimento de determinados bens ou serviços e/ou custos inferiores⁽⁶⁾. Nesse sentido, entende-se que as atividades informais não obrigatoriamente estão associadas a baixos níveis de renda, encontrando-se mais vinculadas a estratégias de sobrevivência e de ascensão social de uma parcela da população com características específicas. Essas últimas seriam definidas pelo fato de, por um lado, esses trabalhadores não possuírem suficiente qualificação, educação ou hábitos de trabalho condizentes com os requerimentos usuais da organização do trabalho do Setor Formal e, por outro, por não terem oportunidade ou não quererem submeter-se nem aos tipos de ocupações nem aos baixos salários oferecidos por esse Setor aos indivíduos que possuem tais atributos profissionais. Esse impasse faz com que determinadas pessoas desenvolvam a iniciativa de ocuparem determinados espaços econômicos e estratos de mercado em que há pouca ou nenhuma competitividade com o setor formal – tipicamente empresarial.

Neste quadro, as qualificações dinâmicas do processo de desenvolvimento capitalista e de industrialização – que, por um lado, desestruturam um de-

(5) Citam-se, entre outros, alguns aspectos importantes sobre o Estado latino-americano e que mereceriam ser englobados na análise: as características centralizadoras, clientelistas e corporativistas do Estado; a pirâmide social sempre muito concentrada; o papel da tecno-burocracia; o fato da elite (nem sempre os mesmos grupos), integrada diretamente ou indiretamente no Estado, beneficiar-se economicamente da distribuição de favores – tipos de política econômica, subsídios, prêmios, incentivos, empreguismo etc.; o fato de o caráter do Estado impor uma atitude passiva por parte de parcela significativa da população em relação à sua reprodução; a despreocupação do Estado e da elite em relação à educação compulsória básica e ao conhecimento técnico; a baixa eficiência da educação formal na determinação de regras de comportamento coletivo etc.

(6) Sobre as características do Setor Informal, entendido como pequena produção, vejam-se entre outros os estudos de CACCIAMALI (1983, em especial capítulos 2 e 3), ALMEIDA & MENDONÇA, (s/d) e CAVALCANTI (1987).

terminado estado da economia e de relações sociais e, por outro, constroem um estado e um conjunto de relações sociais diferente do anterior – têm sido pouco estudadas no Brasil. A maioria das análises enfatiza sistematicamente os efeitos negativos e até dramáticos desse avanço: proletarização e pobreza no campo, pobreza urbana, desnutrição, concentração da renda etc., deixando para um segundo plano a totalidade das transformações concretas em andamento no processo de desenvolvimento econômico. Adicionalmente, apesar da existência de estudos recentes⁽⁷⁾, os diagnósticos a respeito do papel dinâmico e gerador de empregos da indústria não foi totalmente incorporado e difundido pela literatura técnica e especializada ou pela mídia na década de 80. E, com o advento da crise econômica na região, muitas das análises sobre o comportamento do emprego passaram a minimizar tanto a importância do setor moderno industrial na criação (e destruição) de postos de trabalho, como os níveis de desemprego aberto urbano que caracterizaram os períodos de estabilização econômica na América Latina nesta década. Simultaneamente, diagnósticos que magnificam a importância do Setor Informal na economia e que enfatizam políticas de emprego voltadas para este setor passaram a ser reforçadas como vitais para atingir múltiplas metas: absorver força de trabalho **excedente**, manter o nível de emprego e de renda, diminuir os níveis de pobreza e até para gerar uma mentalidade capitalista, voltada para o mercado, em segmentos populacionais não integrados ao setor formal (PREALC, 1987; SOTO, 1988).

Neste cenário, diversos autores que analisam o comportamento recente do mercado de trabalho no Brasil – país que na América Latina dispõe de um excelente sistema de informações sobre o tema – não fogem do diagnóstico de uma economia dual em que a insuficiência dinâmica da industrialização é tida como marco de referência e apoio para minimizar diversos fenômenos que estão ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro: o desemprego aberto e a necessidade de políticas compensatórias efetivas; o ajustamento do mercado por meio do assalariamento ilegal de parte substancial da força de trabalho – sem registro em carteira de trabalho –; e a importância dos sindicatos na manutenção dos níveis de salário e de renda da população. Evidentemente, este trabalho não se propõe a responder a todas estas questões. O objetivo neste espaço é discutir, em primeiro lugar, o uso disperso e não rigoroso do conceito setor informal no atual debate sobre emprego e em seguida apresentar evidências sobre a importância do assalariamento ilegal *vis a vis* outras categorias de emprego na década de 80 no Brasil, por regiões⁽⁸⁾.

(7) Vejam-se, entre outros, os estudos de RAMOS (1984), KATZMAN (1984), CASTRO & SOUZA (1986), FARIAS (1986), IEI-UFRJ (1987) e CACCIAMALI (1987, 1988a e 1988b).

(8) Uma análise global recente sobre o comportamento do emprego no Brasil, segundo as regiões, pode ser encontrada em CACCIAMALI (1988b).

1. A Controvérsia Recente Sobre o Conceito do Setor Informal

A ênfase dada ao setor informal – denominado também atualmente na literatura brasileira de setor não organizado, não institucionalizado, ou semi-estruturado do mercado de trabalho – parte de alguns pressupostos implícitos ou explícitos, dentre os quais destacam-se os mais usuais e relevantes: i) a economia é dual (por exemplo, um modelo à la Lewis, complementado por Harris-Todaro); ii) o setor informal urbano é função do volume de oferta de trabalho não absorvida pelo setor formal. No caso do setor informal agrícola, além do determinante anterior ele é também função da concentrada estrutura fundiária; iii) os dois setores relacionam-se como vasos comunicantes no que se refere à absorção de força de trabalho: o setor informal expande-se ou se reduz em função do número de empregos criados pelo setor formal; iv) decorrente da proposição anterior, postula-se, então, que nos países em desenvolvimento, em períodos de queda do nível de atividade econômica e, portanto, de redução do setor formal, verifica-se a expansão do setor informal. Este fato é também justificado pela inexistência ou insuficiência de políticas compensatórias de renda aos desempregados e estes, para perceber algum tipo de rendimento, procuram então alguma atividade (não bem definida) informal; v) subjacente ao item anterior, entende-se que não há barreiras à entrada nessas atividades; vi) finalmente, admite-se que é no setor informal que se inserem os trabalhadores de baixa renda e produtividade. Em termos de procedimento a análise é estática, embora em alguns estudos se reconheça de que há relações de complementaridade e de substitutibilidade entre as atividades formais e informais, bem como se admite a existência de graus de mobilidade da força de trabalho entre os dois setores.

Essa teorização não desemboca numa definição homogênea para mensurar o trabalho informal. A rigor, esta autora acredita que sob esse referencial é até incoerente defini-lo, posto que nada mais é do que a força de trabalho residual não inserida no setor formal⁽⁹⁾. Apesar disto, destacam-se, na literatura recente, pelo menos três definições. As duas primeiras referem-se a categorias de posição na ocupação: i) empregadores, trabalhadores familiares em estabelecimentos até quatro empregados, trabalhadores por conta própria, serviço doméstico e trabalhadores ocasionais (PREALC, definição utilizada desde 1978, na maioria dos estudos) e; ii) ocupados não remunerados, empregados sem carteira de trabalho assinada e contas próprias (INFANTE, 1984; JATOBÁ, 1985; e SABOIA, 1986). Além destas definições, o setor informal também está

(9) O setor formal, nesse tipo de abordagem, é consensualmente definido como composto pelos assalariados com registro em carteira de trabalho, pelos funcionários públicos estatutários e pelos profissionais liberais.

sendo utilizado, em trabalhos recentes, associado diretamente a valores subjetivos e questionáveis sobre pobreza⁽¹⁰⁾:

“À parte as questões teóricas e metodológicas relativas ao setor informal que não constituem preocupação central deste texto, adotar-se-á um conceito operacional do setor informal que permite uma medida de seu tamanho com base nos dados disponíveis. O conceito operacional adotado obedece a critérios que envolvem posição na ocupação, nível de renda e ramo de atividade, ou seja:

i) empregados sem carteira ganhando igual ou menos do que dois salários mínimos mensais;

ii) empregadores ganhando igual ou menos do que cinco salários mínimos mensais;

iii) autônomos com uma renda média mensal igual ou inferior a dois salários mínimos;

iv) trabalhadores familiares não remunerados;

v) trabalhadores domésticos remunerados.” (JATOBÁ, 1988, p. 40).

Aqui, como em trabalhos anteriores, contesta-se estes enfoques sobre o setor informal, sendo que a argumentação crítica prende-se tanto aos pressupostos teóricos e metodológicos envolvidos nestas análises, como ao tipo de categorias que são utilizadas para segmentar o mercado de trabalho em formal e informal.

Em primeiro lugar, relembra-se que originalmente o setor informal foi definido como um segmento da estrutura de produção, composto pelas atividades econômicas que eram efetuadas por trabalhadores por conta própria ou por pequenos proprietários e seus familiares – segmento que também é denominado na literatura como de pequena produção urbana ou agrícola⁽¹¹⁾. A impossibilidade de captar informações macrossociais que fossem confiáveis e que possibilitassem uma desagregação adequada sobre as formas de inserção dos ocupados na produção e sobre demanda de trabalho, levou à que se mensurasse o setor informal a partir de dados sobre a oferta de trabalho. O Setor Informal passou então a ser medido e analisado pelo total de ocupados na pe-

(10) Defende-se aqui o princípio de que o conceito de pobreza, quando associado a níveis de rendimentos, deve ser aplicado a Famílias ou Unidades de Consumo e não à População Economicamente Ativa. Uma outra ressalva é que o limite inferior de consumo, além de ser estabelecido de forma totalmente subjetiva em valores monetários variáveis ao longo do tempo (salários mínimos), expressa diferentes capacidades aquisitivas entre regiões, áreas e mesmos no interior de um espaço relativamente homogêneo, como, por exemplo, as Áreas Metropolitanas.

(11) Uma análise crítica sobre a evolução do marco teórico-conceitual e das formas de mensuração do setor informal pode ser encontrado em CACCIAMALI (1983, principalmente nos capítulos I, II e III).

quena produção – atividades que não são realizadas com base em trabalho assalariado – que, por sua vez, pode ser captado, de forma aproximada, a partir dos empregados classificados segundo as categorias de posição na ocupação, disponíveis nas estatísticas oficiais do País⁽¹²⁾. Deseja-se destacar que esta abordagem teórico-operacional é muito útil para países em desenvolvimento à medida que permite analisar a dinâmica das relações de produção e da composição do mercado de trabalho, bem como a configuração, o ritmo e o grau de desenvolvimento capitalista de um país ou de uma região no que se refere ao volume de força de trabalho não assalariada e aos espaços de bens e serviços menos ocupados por firmas tipicamente capitalistas. Esta abordagem implica uma análise abrangente a respeito da inserção da força de trabalho no espectro produtivo e não está associada a classificações *a priori* de pobreza, tais como, trabalhadores de baixa renda, subemprego ou outros. O procedimento é exatamente oposto: em primeiro lugar, os trabalhadores são classificados nos setores formal e informal em virtude de sua posição na ocupação e, posteriormente, diagnosticam-se e analisam-se: i) as atividades e as ocupações em que estão inseridos; ii) outras características, como por exemplo, nível de escolaridade, distribuição etária e por sexo etc.; iii) os níveis e a distribuição de renda e de salários que estão associados a cada segmento. Este procedimento permite detectar a existência e as causas que levam às condições precárias no exercício do trabalho. Mesmo assim, o conceito de precariedade é relativo e é definido tendo como referência um estado de condições desejadas e subjetivas, determinado pelo pesquisador.

Em segundo lugar, a estrutura econômica brasileira não pode ser considerada dual, no sentido moderno-tradicional. Nas últimas décadas demonstrou comportamento dinâmico e de integração que não suportam esta hipótese. As atividades informais não podem ser consideradas como resquício do atraso e prestes a desaparecer. Ao contrário, respondem pela existência de espaços intersticiais na estrutura produtiva e de demanda gerados pelo padrão e expansão capitalista numa dimensão espaço-temporal específica. Em função disto, o método de análise não pode ser estático. O espaço produtivo encontra-se em contínuo movimento em função das condições gerais da economia, do comportamento do núcleo tipicamente capitalista e dos movimentos da força de trabalho. Em um país como o Brasil, de industrialização intermediária e em processo de consolidação econômica e política, na margem, as estruturas produtiva e do mercado de trabalho estão em contínuo movimento devido à rapidez das mudanças e ao extremo dinamismo do seu parque produtivo e de sua po-

(12) As categorias de posição na ocupação são apresentadas pela FIBGE (Censo, PNAD e PME) e compreendem cinco subcategorias: **empregados com carteira assinada, empregados sem carteira assinada, contas próprias, trabalhadores sem remuneração e empregadores**. Uma descrição crítica dessas categorias pode ser encontrada em CACCIAMALI, (1988b).

pulação em se ajustar a fatos econômicos novos. Entender e apreender o setor informal ou como um segmento residual do mercado de trabalho ou como um segmento definido *a priori* a partir de um critério subjetivo de baixo nível de renda é ignorar as respostas aos processos de ajustamento da economia, tanto das atividades econômicas como da mobilidade e das inserções da força de trabalho. Este procedimento pode conduzir a diagnósticos equivocados sobre o comportamento do mercado de trabalho brasileiro.

Em terceiro lugar, o trabalho assalariado não deve ser confundido com trabalho assalariado regulamentado. O trabalho assalariado é uma relação social de produção particular e o mercado de trabalho se caracteriza pela compra e venda de força de trabalho e não pela regulamentação. A regulamentação do mercado de trabalho faz parte das especificidades históricas, do marco institucional e das lutas sociais de cada país. O Brasil é um dos poucos países que possui extensa regulamentação sobre o mercado de trabalho – outorgada pelo governo federal desde 1941, complementada por decretos-leis e até pela constituição de 1988 – que impõe a existência de um registro institucional para o trabalhador assalariado. Evidentemente a relação de trabalho assalariada independe da existência dessa regulamentação. As definições antes apresentadas para caracterizar os setores formal e informal apresentam os ocupados na categoria **empregados com carteira de trabalho assinada** compondo o primeiro segmento e os ocupados na categoria **empregados sem carteira assinada** fazendo parte do segundo. Para que esta segmentação refletisse (de forma próxima) a realidade dever-se-ia acreditar que a maior parte dos **empregados sem registro em carteira de trabalho** estivesse engajada ou no serviço doméstico ou como força de trabalho complementar e ocasional na pequena produção urbana ou rural. No entanto, observa-se que um número grande de firmas – organizadas de forma tipicamente capitalista – motivada por diferentes razões caracteriza-se por manter parte do seu plantel de empregados sem registro em carteira, como é o caso das atividades agrícolas (processo de produção descontínuo), construção civil (processo de produção descontínuo), comércio (remuneração por comissão), prestação de serviços, serviços de alimentação, limpeza e segurança (redução de custos, remuneração por tarefa) etc. Além disto, a expansão do serviço doméstico é uma tendência que não se observa nas estatísticas oficiais.

Em quarto lugar, deseja-se destacar que diferenças substantivas cercam as formas de trabalho assalariadas e por conta própria ou a pequena produção no que tange à organização do trabalho e da atividade, cognição e domínio sobre o processo de trabalho, fluxos e níveis de rendimentos, interesses econômicos e políticos e estratégias e tempo de permanência na atividade⁽¹³⁾. Este

(13) Vejam-se a esse respeito, entre outros, os trabalhos de OLIVEIRA & SANTOS (1975), BRAVERMAN (1978), PRANDI (1979), CACCIAMALI (1983).

é um motivo a mais para recomendar que não se analise de forma agregada empregados que não possuam ratificação no exercício de seu trabalho – ou seja, que não possuam carteira de trabalho registrada – e trabalhadores por conta própria ou pequenos proprietários. Esta composição subentende que estes segmentos apresentam regras de funcionamento similares, o que distorce o comportamento e as características do todo e de cada uma das partes⁽¹⁴⁾. Por outro lado, sugere-se que os estudos sejam elaborados de forma desagregada e em série de tempo considerando cada uma das categorias de posição na ocupação que constam das estatísticas oficiais⁽¹⁵⁾ e, entre estas, que os **empregados sem carteira assinada**, sempre que possível, sejam analisados em separado visto enfrentarem piores condições de trabalho relativamente aos **empregados com carteira assinada**⁽¹⁶⁾. Esta proposta de análise permitirá que se diagnostique a evolução das características básicas de cada segmento de modo a entender as inter-relações do mercado de trabalho.

Por último, a justificativa apresentada na literatura para a inclusão dos **empregados sem carteira assinada** no setor informal deve-se ao fato de os mesmos constituírem um segmento não organizado ou semi-estruturado do mercado de trabalho, representando, por conseguinte, um resquício do atraso do capitalismo brasileiro. Na realidade, a expansão do assalariamento ilegal, acoplado à diminuição do trabalho familiar sem remuneração, mostra uma transformação das relações de produção: um avanço da proletarianização da força de trabalho e a diminuição de outras relações (não obrigatoriamente todas, mas muitas atrasadas) de exploração da produção. Esta é a forma como estão se estruturando as atividades produtivas (pequenas e médias empresas, em geral) e o mercado de trabalho no Brasil, após os efeitos dinâmicos do processo de industrialização no período pós-guerra e, principalmente, durante a crise econômica dos anos 80. A **invisibilidade** frente ao Estado representa a forma como, nesta década, os agentes econômicos estão enfrentando a instabilidade política e social do País e a estagnação do nível da atividade econômica. Assim, por um lado, as empresas reduzem os custos referentes à mão-de-obra e, por outro, os empregados percebem algum tipo de rendimento que, dependendo das circunstâncias, pode ser até maior do que se estivessem trabalhando

(14) O segmento composto por **empregados sem carteira de trabalho assinada** se aproxima mais das características do mercado de trabalho secundário do que do segmento da pequena produção. Para as definições e referências bibliográficas a respeito da segmentação do mercado de trabalho primário – dependente e independente – e secundário consulte-se, por exemplo, CACCIAMALI (1978).

(15) Uma análise para a década de 80 sobre as informações apresentadas pela PNAD-FIBGE a respeito das categorias de posição na ocupação, bem como correções que devem ser efetuadas para melhorar a qualidade dos dados e propostas de alterações na classificação atual podem ser encontradas em CACCIAMALI (1988b).

(16) Veja-se diversos estudos de BARROS & VARANDAS (1987).

com registro em carteira. Isto porque, os encargos sociais podem representar, em determinados setores, mais de 100% do custo direto da força de trabalho o que implica, principalmente, períodos de instabilidade econômica e, para pequenas e médias empresas, que o empresário procure racionalizar o uso da força de trabalho em geral e compor o seu plantel com empregados registrados (essenciais) e não registrados (às vezes, de fato, temporários). Adicionalmente, a existência de melhores equipamentos públicos de saúde, quando comparados com os geridos pelo INPS, e a redução real das pensões pagas pelo sistema previdenciário público até a reformulação pela atual Constituição, desestimularam tanto o assalariado como o trabalhador por conta própria a exigir ou contribuir diretamente para a previdência pública.

2. Tendências do Mercado de Trabalho não Regulamentado e do Trabalho por Conta Própria na Década de 80.

Os anos 80, embora marcados, no início do período, pela recessão econômica, apresentaram, nos anos posteriores, taxas positivas de crescimento no nível de atividade⁽¹⁷⁾ levando a que o emprego crescesse entre 1979 e 1986 à mesma taxa que a força de trabalho (3,3%a.a.). Ao todo, foram criados 11.272 mil empregos: o setor primário perdeu 31 mil e 11.303 mil foram criados no setor urbano. A região Sudeste liderou este processo criando mais da metade do total de empregos (54%), seguida do Norte e Centro-Oeste (26%) e Nordeste (19%), enquanto a região Sul, apesar de apresentar um aumento de 836 mil ocupações no setor urbano, em virtude da diminuição do emprego agrícola perdeu 73 mil postos de trabalho. Em termos regionais a informação mais notável refere-se ao crescimento da ocupação na fronteira do País onde o emprego mais que dobrou em sete anos (tabela 1).

A absorção de mão-de-obra no setor primário entre 1979-86 decresceu nas regiões Sul (-3,4%a.a.) e Nordeste (-0,3%a.a.), cresceu menos que 1%a.a. no Sudeste e expandiu à taxa de 25,4%a.a. no Norte e Centro-Oeste. A perda de empregos no setor foi da ordem de 31 mil em função da elevada diminuição do trabalho familiar sem remuneração nas regiões Sul (-634 mil pessoas) e Nordeste (-573 mil pessoas), movimento que, em parte, corresponde ao esgotamento e destruição da pequena produção nas duas regiões. Por outro lado, a qualidade da expansão capitalista nos espaços regionais pode ser observada pelo avanço das relações assalariadas com registro e sem registro em carteira de trabalho, as primeiras predominando no Sudeste e Sul, as segundas no

(17) O Produto Interno Bruto decresceu -1,6%a.a. entre 1980 e 1983 e aumentou 8,42%a.a. no período 1983-86 (FGV – Contas Nacionais).

TABELA 1

**PEA OCUPADA E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
BRASIL E REGIÕES (1979-86)**

(Em milhares)

		1979	1986	(1986)-(1979)	1986-79 (% a.a.)
	Total	44.164	55.436	11.272	3,3
Brasil	Primário	14.362	14.331	-31	0,0
	Urbano	29.803	41.105	11.302	4,7
	Total	9.591	9.518	-73	-0,1
Sul	Primário	4.176	3.267	-909	-3,4
	Urbano	5.414	6.251	837	2,1
	Total	19.666	25.882	6.216	4,0
Sudeste	Primário	3.403	3.595	192	0,8
	Urbano	16.263	22.287	6.024	4,6
	Total	12.594	14.751	2.157	2,3
Nordeste	Primário	6.565	6.429	-140	-0,3
	Urbano	6.024	8.322	2.229	4,7
	Total	2.314	5.285	2.971	12,5
Norte e C. Oeste	Primário	213	1.039	826	25,4
	Urbano	2.101	4.245	2.144	10,6

Nota: Determinadas somas de subtotais não são iguais ao total em virtude de arredondamento.

Fonte: Dados Brutos: FIBGE - PNADs.

Nordeste e Centro-Oeste. Nas duas primeiras regiões ocorreu uma diminuição do número absoluto de empregados sem carteira de trabalho assinada da ordem de 168 mil pessoas, enquanto nas duas últimas verificou-se um aumento de 628 mil empregados (tabela 2). Dessa forma, o trabalho assalariado não regulamentado é a principal posição na ocupação no concernente à absorção dos novos ocupados no Nordeste e Norte e Centro-Oeste, que também apresentaram o trabalho por conta própria como uma categoria relevante na determinação do emprego agrícola (tabela 3).

Nos setores urbanos o emprego continuou evoluindo em todas as regiões sob a forma de relações assalariadas – 8.326 mil postos – principalmente com

TABELA 2
PEA OCUPADA, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CARTEIRA DE TRABALHO
BRASIL E REGIÕES (1979-86)

	(Em milhares)														
	Brasil			Sul			Sudeste			Nordeste			Norte e C. Oeste		
	1979	1986 (86)-(79)	1979	1986 (86)-(79)	1979	1986 (86)-(79)	1979	1986 (86)-(79)	1979	1986 (86)-(79)	1979	1986 (86)-(79)	1979	1986 (86)-(79)	
Total	44.164	55.436	11.272	9.591	9.518	-73	19.666	25.882	6.216	12.594	14.751	2.157	2.314	5.285	2.971
Sector Primário	14.362	14.331	-31	4.176	3.267	-909	3.403	3.595	192	6.569	6.429	-140	213	1.039	826
Empregados c/carteira	652	997	345	149	187	38	358	525	167	136	211	75	8	73	65
Empregados s/carteira	4.163	4.624	461	702	595	-107	1.539	1.478	-61	1.818	2.121	303	104	429	325
Conta Própria	4.281	4.589	308	1.186	1.063	-123	676	718	42	2.368	2.475	107	50	334	284
Empregadores	568	505	-63	164	80	-84	186	228	42	186	134	-52	32	63	31
Sem Remuneração	4.697	3.615	-1.082	1.975	1.341	-634	643	646	3	2.060	1.487	-573	19	140	121
Sector Urbano	29.803	41.105	11.302	5.414	6.251	837	16.263	22.287	6.024	6.024	8.322	2.298	2.101	4.245	2.144
Empregados c/carteira	16.656	21.419	4.763	3.170	3.709	539	10.063	12.519	2.456	2.418	3.253	835	1.005	1.938	933
Empregados s/carteira	6.052	9.610	3.563	975	1.146	171	2.970	4.872	1.902	1.562	2.426	864	535	1.167	632
Conta Própria	5.341	8.099	2.758	890	1.105	215	2.349	3.776	1.427	1.688	2.280	592	419	940	521
Empregadores	1.115	1.393	278	229	190	-39	657	892	235	131	174	43	98	136	38
Sem Remuneração	637	584	-53	146	100	-46	223	227	4	225	191	-34	43	65	22

Notas: 1. Determinadas somas de subtópicos não são iguais ao total em virtude de arredondamento.

2. Os empregados sem carteira de trabalho assinada do setor da Administração Pública foram classificados como empregados com carteira de trabalho assinada.

Fonte: Dados Brutos: FIBGE-PNADs.

TABELA 3

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DA PEA OCUPADA, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CARTEIRA DE TRABALHO (1979-1986)

	Brasil		Sul		Sudeste		Nordeste		Norte e C. Oeste	
	Taxa	Decomp.	Taxa	Decomp.	Taxa	Decomp.	Taxa	Decomp.	Taxa	Decomp.
Total de Ocupados	1,033	-	0,999	-	1,040	-	1,023	-	1,125	-
Setor Primário	1,000	0,003	0,966	-0,562	1,008	0,035	1,997	-0,054	1,254	0,196
Empregados c/carteira	1,062	0,024	1,033	0,017	1,056	0,026	1,065	0,028	1,363	0,011
Empregados s/carteira	1,015	0,037	0,977	-0,055	0,994	-0,011	1,022	0,086	1,225	0,086
Conta Própria	1,010	0,025	0,984	-0,062	1,009	0,007	1,066	0,028	1,310	0,057
Empregadores	0,983	-0,006	0,903	-0,054	1,030	0,007	0,954	-0,013	1,102	0,012
Sem Remuneração	0,963	0,100	0,946	-0,356	1,001	0,001	0,955	-0,151	1,332	0,023
Setor Urbano	1,047	0,997	1,021	0,438	1,046	0,965	1,047	0,946	1,106	0,804
Empregados c/carteira	1,037	0,354	1,023	0,241	1,032	0,413	1,043	0,236	1,098	0,363
Empregados s/carteira	1,068	0,240	1,023	0,076	1,073	0,282	1,065	0,260	1,118	0,232
Conta Própria	1,061	0,190	1,031	0,094	1,070	0,214	1,044	0,177	1,122	0,189
Empregadores	1,032	0,021	0,974	0,020	1,045	0,038	1,042	0,011	1,048	0,017
Sem Remuneração	0,988	-0,005	0,974	-0,026	1,003	0,001	0,977	-0,010	1,062	0,010

Notas: DECOMP = Decomposição

Os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor de atividade de Administração Pública foram classificados como empregados com carteira de trabalho assinada.

Fonte: Dados Brutos: FIBGE - PNADs (diversos anos).

vínculo empregatício (4.763 mil), com exceção do Nordeste em que a categoria mais importante na determinação do emprego urbano, semelhante ao que ocorreu no setor primário da região, foi o assalariamento à margem da legislação. O trabalho por conta própria em todas as regiões constituiu-se na terceira forma de ocupação da força de trabalho em termos de importância, salvo na região Sul em que ocupava a segunda posição. Outra característica do meio urbano foi a diminuição, em termos absolutos, da ocupação sem remuneração, a não ser por um ligeiro aumento nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (tabelas 2 e 3).

O crescimento diferenciado do emprego segundo a posição na ocupação apresentou impactos diferentes nos setores primário e urbano no que se refere à composição relativa da força de trabalho. No primeiro setor implicou, nas regiões Sul e Nordeste, o aumento da participação relativa dos empregados e dos conta própria em detrimento dos empregadores e dos trabalhadores familiares sem remuneração. No Sudeste, verificou-se o declínio, tanto da participação dos conta própria como dos empregados sem carteira assinada e, no

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DA PEA OCUPADA, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CARTEIRA DE TRABALHO – BRASIL E REGIÕES (1979-1986)

(Em porcentagem)

	Brasil		Sul		Sudeste		Nordeste		Norte e C. Oeste	
	1979	1986	1979	1986	1979	1986	1979	1986	1979	1986
Setor Primário	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Empregados com carteira	4,55	6,96	3,56	5,74	11,02	14,64	2,08	3,28	3,90	6,97
Empregados sem carteira	29,01	32,26	16,79	18,21	42,58	41,17	27,67	33,00	48,75	41,32
Conta Própria	29,81	32,03	28,42	32,55	20,84	19,97	36,06	38,50	23,67	32,16
Empregadores	3,97	3,52	3,93	2,45	5,75	6,34	2,84	2,09	14,98	6,06
Sem Remuneração	32,71	25,22	47,30	41,05	19,81	17,88	31,35	23,13	8,70	13,49
Setor Urbano	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Empregados com carteira	55,90	52,11	58,59	59,34	61,89	56,17	40,17	39,08	47,90	45,65
Empregados sem carteira	20,39	23,38	18,03	18,34	18,26	21,86	25,94	29,16	25,47	27,49
Conta Própria	17,92	19,70	16,45	17,68	14,44	16,94	27,97	27,37	19,94	22,19
Empregadores	3,73	3,39	4,24	3,04	4,04	4,01	2,18	2,09	4,66	3,20
Sem Remuneração	2,06	1,42	2,69	1,60	1,37	1,02	3,74	2,30	2,04	1,53

Nota: 1. Os empregados sem carteira do trabalho assinada do setor de Administração Pública foram classificados como empregados com carteira de trabalho assinada.

Fonte: Dados Brutos: FIBGE-PNADs (diversos anos).

Norte e Centro-Oeste, esta tendência foi observada somente no primeiro grupo ocupacional mencionado. No setor urbano, verificou-se uma queda relativa do emprego no mercado de trabalho regulamentado e expansão tanto das relações assalariadas sem carteira de trabalho assinada como do trabalho por conta própria, principalmente na primeira relação, exceto na região Sul (tabelas 3 e 4).

Este quadro implicou o aumento das relações **invisíveis** na produção e no mercado de trabalho urbano – medido pelo número de ocupados que não contribuem para institutos de previdência social – em todas as regiões do país e o movimento inverso no setor primário, com excessão da fronteira agrícola. A região Norte/Centro Oeste apresentou comportamento oposto às demais regiões, em função da elevada expansão do emprego agrícola e das transformações que ocorrem na distribuição da população ativa empregada, segundo os ramos de atividade. A região Nordeste destacou-se neste contexto pelo pequeno número relativo de pessoas ocupadas que contribuíram para a previdência pública: 28% em 1986, concentrando-se quase 60% no setor primário. Os maiores acréscimos percentuais do grau de invisibilidade ocorreram principal-

TABELA 5

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS OCUPADOS,
SEGUNDO A CONTRIBUIÇÃO A INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL E REGIÕES (1979-86)

		1979	1981	1983	1985	1985*	1986
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Brasil	Contr.	49,12	50,70	49,60	47,29	47,21	49,92
	ñ contr.	50,88	40,30	50,40	52,71	52,79	50,08
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sul	Contr.	44,80	47,55	51,99	48,36	48,16	51,42
	ñ contr.	55,20	52,45	48,01	51,64	51,84	48,58
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sudeste	Contr.	64,79	62,67	59,14	59,60	59,54	62,08
	ñ contr.	35,21	37,33	40,86	40,40	40,46	37,92
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Nordeste	Contr.	26,45	31,92	30,84	26,50	26,37	28,30
	ñ contr.	73,55	68,08	69,16	73,50	73,63	71,70
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte e C. Oeste	Contr.	57,29	48,97	45,37	46,09	46,25	47,98
	ñ contr.	42,71	51,03	54,63	53,91	53,75	52,02

Notas: (*) Dados revisados pelo FIBGE - PNAD para comparação de períodos pós 1985.
Excluídos os ocupados nas frentes de trabalho no Nordeste em 1981 e 1983.

Fonte: Dados Brutos: FIBGE-PNADs.

mente nas atividades sociais e auxiliares das atividades econômicas e no setor secundário de todas as regiões (tabelas 6 e 5).

A absorção dos novos ocupados ocorreu de forma diferenciada nos espaços regionais, destacando-se a importância das atividades de prestação de serviços no Sudeste, Nordeste e Norte e Centro-Oeste e da indústria de transformação no Sul e Sudeste. O comércio e as atividades sociais também apresentaram posições de proeminência na determinação dos novos empregos criados. E, por fim, deseja-se destacar as elevadas taxas de crescimento da administração pública e das atividades sociais nas regiões Nordeste e Norte e Centro-Oeste – em torno de 11% a.a. – responsáveis pela absorção de 28% e

TABELA 6

**DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS QUE NÃO CONTRIBUEM PARA
INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, SEGUNDO SETOR DE
ATIVIDADES – BRASIL E REGIÕES (1979-86)**

(Em porcentagem)

	Brasil		Sul		Sudeste		Nordeste		Norte e C. Oeste	
	1979	1986	1979	1986	1979	1986	1979	1986	1979	1986
% de Não Contribuintes em Relação ao Total de Ocupados	50,875	50,081	55,195	48,576	35,205	37,919	73,554	71,698	42,707	52,017
Total Setor Primário	60,12	47,27	74,47	63,72	43,65	31,42	68,74	58,63	17,80	32,42
Total Setor Secundário	10,04	13,70	5,26	8,53	13,61	16,50	9,22	12,41	17,22	17,31
Ind. Transformação	4,92	6,87	2,57	3,86	5,77	8,36	5,38	6,79	7,21	6,95
Ind. Construção	4,62	6,20	2,32	4,26	7,42	7,92	3,38	4,97	8,83	8,09
Outras Indústrias	0,49	0,62	0,37	0,40	0,41	0,22	0,45	0,65	11,60	2,27
Total Setor Terciário	29,88	39,02	20,25	27,73	42,72	52,06	22,03	28,94	64,96	50,25
Comércio	6,42	8,64	3,98	5,58	7,55	9,81	6,19	7,96	13,61	12,22
Prestação Serviços	17,74	21,88	12,29	15,77	26,83	31,36	12,02	14,72	37,08	25,79
Serviços Auxiliares	0,98	1,56	0,83	1,35	1,59	2,52	0,44	0,61	2,56	2,17
Transporte Comunicação	1,21	1,56	0,69	1,03	1,55	1,59	1,06	1,53	3,00	2,51
Social	1,50	2,71	0,79	1,84	2,19	3,35	1,22	2,24	3,05	3,63
Adm. Pública	1,31	1,57	1,03	1,18	2,17	2,05	0,49	1,01	4,29	2,74
Outras	0,69	1,07	0,62	0,95	0,80	1,36	0,58	0,83	1,35	1,20
Total	100,00	100,00								

Fonte: Dados Brutos: FIBGE-PNADs.

19%, respectivamente, dos novos ocupados (tabela 7).

Em 1986, o setor primário e o setor secundário respondiam, cada um, por aproximadamente um quarto do total de absorção de mão-de-obra, cabendo os cinquenta por cento restantes ao setor terciário (tabela 8). Todas as regiões, com exceção do Norte e Centro-Oeste, realocaram força de trabalho da agricultura para os setores econômicos urbanos, principalmente para as atividades econômicas terciárias e, entre as regiões, apenas o Sudeste apresentou perda na importância relativa da força de trabalho engajada no setor secundário, motivada pelo comportamento da indústria da construção civil. A distribuição da força de trabalho entre as regiões e de acordo com a natureza das atividades econômicas mostrou a ocorrência de um deslocamento das regiões Sul e Nor-

TABELA 7

TAXA DE CRESCIMENTO E DECOMPOSIÇÃO DOS
OCUPADOS, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE
BRASIL E REGIÕES (1979-86)

	Brasil		Sul		Sudeste		Nordeste		Norte e C. Oeste	
	Taxa	Dec.	Taxa	Dec.	Taxa	Dec.	Taxa	Dec.	Taxa	Dec.
Total	1,033	-	0,909	-	1,040	-	1,023	-	1,125	-
Total Setor Primário	1,000	0,003	0,966	-0,566	1,008	0,034	0,997	-0,068	1,254	0,198
Total Setor Secundário	1,035	0,264	1,017	0,128	1,034	0,273	1,034	0,220	1,103	0,195
Ind. Transformação	1,040	0,196	1,020	0,102	1,042	0,230	1,036	0,126	1,111	0,097
Ind. Construção	1,025	0,054	1,010	0,019	1,020	0,041	1,034	0,077	1,072	0,061
Outras Indústrias	1,026	0,013	1,013	0,006	0,995	0,002	1,027	0,016	1,181	0,032
Total Setor Terciário	1,053	0,739	1,023	0,313	1,053	0,698	1,053	0,730	1,107	0,617
Comércio	1,056	0,172	1,027	0,090	1,062	0,163	1,041	0,146	1,116	0,147
Prestação Serviços	1,047	0,224	1,009	0,040	1,053	0,241	1,041	0,202	1,087	0,172
Serviços Auxiliares	1,049	0,040	1,033	0,026	1,045	0,040	1,049	0,024	1,112	0,034
Transporte e Comunicação	1,027	0,033	1,004	0,005	1,020	0,025	1,036	0,036	1,098	0,043
Social	1,067	0,139	1,036	0,075	1,060	0,117	1,079	0,171	1,133	0,105
Adm. Pública	1,074	0,084	1,041	0,045	1,061	0,061	1,106	0,109	1,110	0,081
Outras	1,055	0,043	1,035	0,026	1,056	0,046	1,044	0,025	1,112	0,031

Nota: Dec. = Decomposição.

Fonte: Dados Brutos: FIBGE-PNADs.

deste para o Norte e Centro-Oeste e, com menor intensidade, para o Sudeste. Este movimento verificou-se nos setores primário, indústria de transformação e atividades terciárias, notadamente comércio e prestação de serviços. Nesta década observou-se, também, a importância do Estado na redistribuição da PEA ocupada entre as regiões mais rica e mais pobre do País. Neste sentido, verificou-se uma diminuição relativa do emprego nas indústrias de utilidade pública do Sudeste para o Norte e Centro-Oeste, e nos transportes e comunicações, atividades sociais e administração pública das regiões Sul e Sudeste para o Nordeste e Norte e Centro-Oeste (tabela 9). Este fato, contudo, não surpreende visto que, conforme ressaltado anteriormente, os dois últimos ramos econômicos mencionados apresentaram as maiores taxas de crescimento do emprego, superando, em dobro, a taxa média da economia.

As informações apresentadas até o presente momento indicam que a nível das relações de produção o País caminha no sentido de integrar o mercado de trabalho; embora parte substancial ocorra sob a forma de relações assalariadas precárias e que não correspondem às expectativas de uma boa situação

TABELA 8

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PEA OCUPADA,
SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADES
BRASIL E REGIÕES (1979-86)

(Em porcentagem)

	Brasil		Sul		Sudeste		Nordeste		Norte e C. Oeste	
	1979	1986	1979	1986	1979	1986	1979	1986	1979	1986
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total Setor Primário	32,5	25,9	43,5	34,3	17,3	13,9	52,2	43,6	9,2	19,7
Total Setor Secundário	23,9	24,2	19,7	22,4	31,5	30,2	15,2	16,4	22,4	19,5
Ind. Transformação	15,5	16,2	13,3	15,5	21,7	21,9	8,3	9,1	10,3	9,4
Ind. Construção	6,8	6,5	5,2	5,6	8,1	7,0	5,4	5,8	10,0	7,1
Outras Indústrias	1,6	1,5	1,2	1,3	1,7	1,3	1,5	1,5	2,1	2,9
Total Setor Terciário	43,6	50,5	36,7	43,3	51,1	55,9	32,7	40,0	68,4	60,9
Comércio	9,7	11,3	8,9	10,7	10,3	11,9	8,5	9,6	14,9	14,1
Prestação Serviços	15,2	16,6	12,3	13,1	17,7	19,4	11,8	13,3	23,4	18,4
Serviços Auxiliares	2,5	2,8	2,1	2,6	3,5	3,6	1,2	1,4	3,5	3,3
Transporte Comunicação	3,7	3,6	3,1	3,2	4,8	4,2	2,3	2,6	5,2	4,3
Social	6,5	8,2	5,5	7,1	7,6	8,7	5,1	7,4	9,3	9,8
Adm. Pública	3,5	4,7	2,9	3,9	4,0	4,5	2,4	4,2	8,8	7,9
Outras	2,4	2,8	2,0	2,5	3,3	3,6	1,3	1,5	3,3	3,0

Fonte: Dados Brutos: FIBGE-PNADs.

de emprego ou de um adequado nível de renda para parcela importante dos trabalhadores. Assim, no sentido de evidenciar outro indicador que refletisse a tendência de integração do mercado de trabalho⁽¹⁸⁾, mostra-se, na tabela 10, a evolução das diferenças médias da produtividade do trabalho entre as regiões, apreendidas pelos rendimentos médios auferidos pelo total de ocupados por setor de atividade e seus diferenciais intra e entre regiões⁽¹⁹⁾.

As informações permitem perceber que o grau de disparidade entre as regiões é ainda elevado, especialmente no setor primário e na região Nordeste que apresentou, em 1986, um nível de rendimento total médio 51% abaixo da

(18) Uma discussão sobre o tema pode ser encontrada em IEI/MTb (1987, cap. 2).

(19) As informações contidas nas PNADs não contemplam os níveis de rendimento dos empregados com carteira e sem carteira de trabalho assinada. Desta forma, optou-se por apresentar apenas os níveis de rendimento médio do total de ocupados, desagregados pelos grandes setores da atividade econômica.

TABELA 9

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADES
BRASIL E REGIÕES (1979-86)

(Em porcentagem)

	Brasil		Sul		Sudeste		Nordeste		Norte e C. Oeste	
	1979	1986	1979	1986	1979	1986	1979	1986	1979	1986
Total	100,00	100,00	21,72	17,17	44,53	46,69	28,52	26,61	5,24	9,53
Total Setor Primário	32,52	25,84	29,08	22,80	23,70	25,09	45,74	44,86	1,48	7,25
Total Setor Secundário	23,85	24,16	17,93	15,91	58,69	58,36	18,11	18,06	4,91	7,68
Ind. Transformação	15,47	16,21	18,73	16,40	62,43	63,12	15,35	14,94	3,49	5,54
Ind. Construção	6,85	6,47	16,49	14,86	52,53	50,76	22,42	23,85	7,66	10,52
Outras Indústrias	1,53	1,48	16,44	15,13	48,60	39,45	26,58	26,80	6,93	18,62
Total Setor Terciário	43,63	50,00	18,28	14,87	52,15	52,22	21,35	21,30	8,21	11,61
Comércio	9,68	11,28	19,86	16,36	47,15	49,18	24,90	22,53	8,07	11,93
Prestação Serviços	15,16	16,60	17,59	13,60	52,06	54,47	22,26	21,38	8,09	10,55
Serviços Auxiliares	2,54	2,83	17,88	16,04	61,64	59,85	13,17	13,13	7,31	10,98
Transporte Comunicação	3,72	3,59	18,05	15,36	56,83	54,14	17,87	18,97	7,25	11,52
Social	6,55	8,21	18,33	14,91	51,93	49,57	22,27	24,11	7,47	11,40
Adm. Pública	3,55	4,67	17,89	14,34	49,67	45,45	19,51	23,97	12,93	16,23
Outras	2,43	2,82	17,55	15,32	59,67	59,90	15,69	14,52	7,09	10,26

Fonte: Dados Brutos: FIBGE-PNADs.

média nacional. Intra regiões, ao longo do período, observou-se, por um lado, um movimento de convergência entre os setores secundário e primário e secundário e terciário para o Brasil, para o Sudeste e para o Norte e Centro-Oeste e, por outro, uma tendência oposta no que se refere à última relação (secundário/terciário) no Sul e a primeira relação (secundário/primário) no Nordeste. Entre as regiões ocorreu a redução das disparidades nas regiões Sudeste e Norte e Centro-Oeste e a ampliação das mesmas nas duas regiões remanescentes, mormente entre a média do setor secundário da região Sul e a média nacional, e as médias de todos os setores da atividade econômica nordestina e as respectivas médias nacionais (tabela 10). Constatou-se assim, nesse período, tanto a manutenção do atraso relativo e crescente da economia nordestina, fruto do pequeno índice de modernização de sua estrutura de produção, como o declínio relativo da produtividade do setor secundário da região Sul, mormente na indústria de transformação. Por outro lado, observou-se o elevado grau

TABELA 10

RENDIMENTO MÉDIO DOS OCUPADOS SEGUNDO GRANDES
SETORES DE ATIVIDADE – BRASIL E REGIÕES (1979-86)

(Em cruzados)

	Brasil		Sul		Sudeste		Nordeste		Norte e C. Oeste	
	1979	1986	1979	1986	1979	1986	1979	1986	1979	1986
Total	7,62	3,474	7,21	2,846	9,54	4,061	4,21	1,704	7,72	3,494
Primário(1)	3,91	2,012	3,57	2,511	4,95	2,495	2,46	0,896	7,10	2,655
Secundário(2)	8,72	3,853	7,12	2,804	10,38	4,425	5,39	2,106	6,52	2,791
Terciário(3)	8,96	3,852	8,56	3,664	11,40	4,181	5,68	2,338	7,88	3,355
(2)/(1)	2,23	1,91	1,99	1,12	2,10	1,77	2,19	2,35	0,72	1,05
(2)/(3)	0,97	1,00	0,83	0,76	0,91	1,06	2,31	0,90	0,83	0,83
Regiões/Brasil										
Primário	1,00	1,00	0,91	1,24	1,26	1,24	0,62	0,44	2,30	1,32
Secundário	1,00	1,00	0,82	0,78	1,19	1,15	0,62	1,55	0,74	0,72
Terciário	1,00	1,00	0,96	0,95	1,27	1,08	0,63	0,61	0,88	0,87
Total	1,00	1,00	0,94	0,81	1,25	1,16	0,55	0,49	1,01	1,01

Notas: Salário Mínimo em 10/79 = Cz\$ 2,268

Salário Mínimo em 09/86 = Cz\$ 1.804,00

Fonte: Dados Brutos: FIBGE-PNADs.

de produtividade média do setor primário de todas as regiões brasileiras, com exceção do Nordeste, setor que tem conduzido o crescimento do PIB brasileiro nesta década, e diminuição relativa da produtividade do setor secundário combatido nos anos 80 pelos programas de estabilização no início do período e pela instabilidade e falta de rumo da economia brasileira nos anos posteriores.

Sumário e Considerações Finais

Este trabalho analisa as mudanças na estrutura do emprego no Brasil, por regiões, durante o período compreendido entre 1979 e 1986. O estudo prioriza as características dinâmicas do processo de industrialização que, por um lado, vão desestruturando determinadas relações sociais de trabalho existentes, baseadas no trabalho por conta própria e do pequeno produtor urbano ou rural e, por outro, estão a construir um novo conjunto de relações baseado no trabalho assalariado. Neste sentido, defende-se que no caso brasileiro o desenvolvimento do mercado de trabalho recente, em face da debilidade do crescimento econômico dos anos 80 e da extensa regulamentação que rege o tra-

balho assalariado, tem ocorrido, principalmente no meio urbano, através do aumento das relações assalariadas clandestinas – à margem da legislação trabalhista. Esta proposição, comprovada pelas informações recentes sobre o mercado de trabalho, tem como decorrência contestar as teses de que o aumento do emprego tenha se efetivado pelo aumento do genericamente denominado emprego informal. O setor informal, na maior parte da literatura brasileira, é definido como sendo a força de trabalho residual ao mercado de trabalho regulamentado. Desta forma, esta categoria tenderia, por outro lado, a desaparecer com o crescimento econômico e, por outro, a agregar tanto assalariados no mercado de trabalho não regulamentado – assalariados que não possuem carteira de trabalho assinada pelo empregador – como trabalhadores autônomos e pequenos proprietários. Este estudo contrapõe-se a este enfoque e aponta dois aspectos. O primeiro, é que as duas categorias mencionadas apresentam características distintas não só no que se refere à forma de inserção na produção e das relações do indivíduo com o seu trabalho – forma de sobrevivência, realização pessoal e interesses políticos – como também quanto às características do emprego – estabilidade e horas de trabalho – e percepção de rendimentos. O segundo, refere-se ao fato de que tanto o setor informal – entendido como o conjunto dos trabalhadores por conta própria e os pequenos produtores rurais e urbanos – como o trabalho assalariado precário possuem um espaço permanente na teia das relações capitalistas de produção. Ademais, que a redução do assalariamento clandestino – em geral, os piores empregos no mercado de trabalho – somente pode ser conseguido, bem como o crescimento econômico que acelera a mobilidade entre os segmentos do mercado de trabalho, por meio de medidas de política econômica específicas a este segmento.

Utilizaram-se, para atingir os objetivos propostos, as informações coletadas pela Fundação IBGE por meio das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, desagregando-se os dados por regiões – Sul, Sudeste, Nordeste e Norte e Centro-Oeste –, pelas categorias de posição na ocupação – empregados com e sem carteira de trabalho assinadas pelo empregador, conta própria, empregadores e trabalhadores familiares sem remuneração – e por setores de atividade. Embora as categorias apresentadas pela FIBGE não correspondam totalmente às necessidades de uma análise desagregada sobre posição na ocupação, as características de abrangência e a qualidade dos dados permitiram uma adequada análise agregada sobre as modificações da estrutura ocupacional brasileira nesta década.

Entre os principais resultados obtidos deseja-se apontar o avanço do mercado de trabalho brasileiro no setor primário que se encontra enquadrado dentro da legislação nas regiões Sul e Sudeste e clandestino no Nordeste e Norte e Centro-Oeste. Por outro lado, a pequena produção apresentou uma

importância menor na absorção dos novos ocupados e somente nestas duas últimas regiões. No setor urbano, verificou-se fenômeno análogo ao do setor primário, sendo que apenas no Nordeste o avanço do assalariamento ilegal teve preponderância sobre o trabalho regulamentado. Adicionalmente, verificou-se a expansão do número de pessoas ocupadas que não contribuam para qualquer instituto de previdência social no meio urbano e a reversão desta tendência no setor primário. Em termos de ramos de atividade, a indústria de transformação apresentou papel relevante na absorção dos novos ocupados somente nas regiões Sudeste e Sul, ressaltando-se a redução da importância da indústria de construção civil nestas regiões em relação à década passada. Nas duas regiões remanescentes, as atividades terciárias apresentaram papel relevante na determinação dos novos empregos, principalmente prestação de serviços, comércio, administração pública e atividades sociais. Por fim, deseja-se destacar a notável realocação regional do emprego envolvendo as regiões Sul e Norte e Centro-Oeste: a primeira perdendo 73 mil empregos e a última absorvendo quase 3 milhões de novos ocupados entre 1979 e 1986.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A. L. O. & MENDONÇA, Carlos E. R. *A pequena produção: uma visão unificada*. FEA/UFRJ, s/d.
- BARROS, R. P. & VARANDAS, S. *Uma avaliação do impacto da carteira de trabalho assinada sobre as condições de trabalho dos chefes de família em 1985*. Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1987 (mimeo).
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. São Paulo, Zahar, 1978.
- CACCIAMALI, M. C. *Mudanças estruturais no produto e no emprego no Brasil, 1950-85*. Tese de Livre Docência apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1988a.
- . *A estrutura regional do emprego no Brasil ao longo da década de 80: tendências a maior assalariamento*. Seminário de Avaliação Metodológica das PNADs, jun. 1988b.
- . *Endividamento externo, crise econômica e emprego na América Latina e no Brasil na primeira metade da década de 1980*. Trabalho para Discussão Interna nº 17/87, IPE/FEA-USP, 1987.
- . *Setor informal e formas de participação na produção*. São Paulo, IPE/USP, 1983.
- CAVALCANTI, C. Economia oculta, pequena produção, mercado informal ou circuito inferior: tentativa de precisar um conceito para o setor informal. *Ciência e Cultura*, 39(5/6):499-504, maio/jun. 1987.
- CASTRO, A. B. & SOUZA, F. E. Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- GARCIA, N. & MARFAN, R. *La estimación de encadenamiento de empleo na industria manufacturera*. Santiago, PREALC, 1982 (mimeo).
- FARIAS, V. Mudanças na composição do emprego e na estrutura da ocupação. In: BACHA, E. L. & KLEIN, H. (eds.). *A tradição incompleta*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- IEI/IFRJ. *O mercado de trabalho brasileiro: estrutura e conjuntura*. Rio de Janeiro, Convênio IEI/MTb, 1987.
- INFANTE, R. B. *Ajuste dos mercados de trabalho urbano e o desemprego aberto: situação e perspectiva*. Brasília, OIT, 1984 (mimeo).
- JATOBÁ, J. Pobreza urbana e mercado de trabalho: o caso do brasileiro, 1970-1983. *Estudos Econômicos*, 18(1):29-44, jan./abr. 1988.
- . Desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: o caso brasileiro com especial atenção para o nordeste, 1981-83. *Revista Econômica do Nordeste*, 13(3), out./dez. 1985.
- KATZMAN, R. Las transformaciones setoriales del empleo en América Latina. *Revista de la CEPAL*, 24:83-102, dic. 1984.

- OLIVEIRA, J. S. & SANTOS, R. P. O biscateiro como uma categoria de trabalho: uma análise antropológica. In: *Sistema de Informações para Políticas de Emprego*. Brasília, IPEA, 1975.
- PRANDI, R. *O trabalhador por conta própria*. São Paulo, Símbolo, 1979.
- RAMOS, J. Urbanization and the labour market. *Revista de la CEPAL*, 24:63-81, dic. 1984.
- SABOIA, J. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980/1983. *Revista de Economia Política*, 6(3):82-106, set. 1986.
- SOTO, H. *El otro Sendero – La revolución informal*. Lima, Editorial El Barranco, 1986.

(Originais recebidos em julho de 1989).